

Domingo, 19 de Abril de 2026

## **Ataque de Tarcísio a Moraes causa indignação no STF e acirra tensões institucionais**

**Tarcísio caiu na tentação de pagar uma fatura' com o ex-presidente Jair Bolsonaro**

Redação

Na manifestação realizada no último domingo, 7 de setembro de 2025, na Avenida Paulista, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, proferiu críticas severas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Em tom inflamado, disse que “ninguém aguenta mais a tirania de um ministro como Moraes” e acusou o STF de exercer uma espécie de “destruição da democracia sob pretexto de resgatá-la”.

Reação no STF: 'fora do tom institucional'

Para ministros da Corte ouvidos por O Globo e Metrôpoles (Blog do Noblat), o tom adotado por Tarcísio foi “fora do tom institucional”, capaz de “dinamitar pontes importantes” entre o Executivo estadual e o STF. Ainda segundo análise da revista VEJA, o discurso representou uma ruptura simbólica: “Para ministros do STF, governador de São Paulo implodiu pontes com o Supremo ao abraçar a narrativa radical bolsonarista”.

Cenário político: abraçando a radicalização bolsonarista

A CNN Brasil destaca que Tarcísio adotou expressões como “ditador” e “tirania” ao se referir a Alexandre de Moraes, reforçando um discurso alinhado à parcela mais radical do bolsonarismo. A análise sugere que esse posicionamento tem o objetivo de conquistar apoio político nessa base, em meio à costura de uma possível candidatura presidencial em 2026.

Consequências políticas e institucionais

1. Desgaste institucional: O discurso é visto como uma afronta às normas de civilidade e respeito entre poderes, mais ainda em um dia simbólico como o 7 de Setembro.

2. Isolamento político: Caixas do Centrão também desaprovaram o tom radical de Tarcísio, considerando mais prudente um discurso moderado para atrair apoios de partidos de centro .

3. Reforço da polarização: Ao adotar retórica confrontativa, o governador de SP estreita relações com o bolsonarismo, mas se distancia de um caminho mais institucional — e possivelmente mais eficaz — rumo a 2026